

⋮ Rogério Mori

ECONOMIA NA REAL

Guia prático para
interpretar a **Economia**



ALTA BOOKS
E D I T O R A
Rio de Janeiro, 2021

SÚMÁRIO

Introdução: Compreender Economia é um processo de alfabetização que torna possível interpretar de forma clara a realidade que nos cerca.

Capítulo 1: Introdução

Capítulo 2: Produção e Renda

Capítulo 3: Inflação e Emprego

Capítulo 4: Dinâmica Macroeconômica

Capítulo 5: Política Monetária

Capítulo 6: Política Fiscal

Capítulo 7: Política Cambial

Capítulo 8: O Longo Prazo

Capítulo 9: Considerações finais: uma breve reflexão sobre a macroeconomia de ciclos

Índice

ix

1

17

41

59

81

105

123

145

161

175

INTRODUÇÃO

COMPREENDER ECONOMIA É UM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO QUE TORNA POSSÍVEL INTERPRETAR DE FORMA CLARA A REALIDADE QUE NOS CERCA.

Se existe um país em que a necessidade de entender de Economia é fundamental para a sobrevivência no mundo dos negócios, esse país chama-se Brasil. Não precisamos ir muito longe na história para enxergar o quão volátil são as variáveis macroeconômicas no nosso país. Se analisarmos desde a implementação do Real, em fins de junho de 1994, até hoje, o país atravessou várias crises e turbulências, muitas delas em decorrência de impactos de crises externas e outras gestadas internamente.

Em 1997, o país sofreu impactos adversos com a Crise da Ásia. No ano seguinte, os impactos vieram com a Crise da Rússia. No início de 1999, a economia brasileira sofreu um ataque especulativo e o país foi forçado a adotar o câmbio flutuante. Em 2001, o Brasil foi impactado negativamente duas vezes: no primeiro semestre pela Crise do “Apagão” (acionamento de energia elétrica) e pelo acirramento da Crise da Argentina. No ano seguinte, ante as incer-

VI INTRODUÇÃO

tezas da eleição presidencial de 2002, a cotação do dólar atingia pela primeira vez R\$4,00.

Os anos seguintes à primeira eleição do presidente Lula foram marcados pela queda da cotação do dólar, decorrência do aumento dos preços internacionais de *commodities* de exportação do país e dos ingressos de moeda estrangeira por conta dos juros elevados. A apreciação do dólar ajudou a segurar a inflação, contribuindo para o ciclo de expansão de crédito (e do consumo) no período. O interregno nesse processo ocorreu apenas em 2008, por conta da crise norte-americana, que levou a uma forte desaceleração na economia brasileira, seguida de uma rápida retomada.

No segundo mandato do presidente Lula, já era possível perceber uma gradual diminuição do *superavit* fiscal, algo que foi acentuado durante o primeiro mandato da presidente Dilma. A partir de 2015, o país ingressa em uma severa crise fiscal e mergulha em uma recessão. A urgência de reformas constitucionais entrou na pauta do governo Temer, após o impeachment da presidente Dilma em 2016. Em 2019, o governo Bolsonaro aprovou a reforma previdenciária e sinalizava para novas reformas na área tributária e administrativa em 2020 quando foi atropelado pela pandemia do novo coronavírus.

Como o leitor pôde perceber nos parágrafos anteriores, em um espaço de pouco mais de 25 anos, a economia brasileira foi afetada por inúmeros choques de naturezas diversas¹. O impacto disso sobre o crescimento econômico, o emprego, a inflação, os juros e o câmbio não foi pequeno.

Por conta disso, é fundamental compreender como funciona a economia e como ocorrem os ciclos econômicos. Também é importante entender como o governo atua em diferentes situações. Esse tipo de compreensão é fundamental não apenas para a vida profissional, mas também para o plano pessoal.

Este é um livro que foi criado para leigos em Economia, que desejam compreender como é formada a produção e a renda de um país ao longo do tempo e o que condiciona os ciclos econômicos, bem como as respostas do governo em termos de política econômica. Esse entendimento permitirá uma melhor tomada de decisão nos negócios e na vida privada.

O linguajar simples e descomplicado tem como objetivo tornar a obra acessível a um público amplo, interessado em ampliar seu repertório em termos de Economia de uma forma prática. A partir disso, o leitor terá uma maior compreensão das discussões e do debate econômico do dia a dia, podendo refletir e participar mais ativamente do mesmo.

1 Uma piada recorrente é que o Brasil não é para amadores.

ESTRUTURA DO LIVRO

O capítulo 1 trata dos conceitos básicos de Economia. O foco desse capítulo é definir o escopo da ciência econômica, o conceito de mercado, a dinâmica dos mercados e da produção de bens e serviços em uma economia e os dois grandes ramos dessa ciência: a Macroeconomia e a Microeconomia.

O capítulo 2 apresenta os principais conceitos ligados à produção e à renda em uma economia. O capítulo descreve a lógica do fluxo circular da renda em um sistema econômico. A partir disso, é feita a conceituação do Produto Interno Bruto (PIB) sob suas diferentes óticas. O capítulo também discute as formas com que o IBGE apresenta essa variável e outros indicadores de acompanhamento da atividade econômica brasileira.

O capítulo 3 é dividido em dois grandes blocos. O primeiro discute o conceito de inflação em termos práticos. Na sequência, essa parte realiza uma apresentação detalhada acerca dos principais indicadores de inflação brasileiros e discute quais os custos e os benefícios da inflação. Na segunda parte do capítulo, é feita uma discussão acerca do emprego e das medidas existentes no Brasil. Nessa parte também é feita uma conexão entre a dinâmica do mercado de trabalho com os salários e a inflação.

O capítulo 4 apresenta a dinâmica macroeconômica de ciclos econômicos. O foco do capítulo é descrever como esses ciclos ocorrem e como a política econômica de governo deve atuar no sentido de abreviar recessões ou de evitar sobreaquecimento da economia e inflação alta. Essa abordagem representa o eixo central para os três capítulos seguintes, que discutirão cada eixo da política econômica do governo.

O capítulo 5 aborda a política monetária em seus diversos aspectos: objetivos, instrumentos, estratégias e canais de transmissão. O texto aborda também o uso de instrumentos de política monetária não convencional, que têm sido empregados por diversos bancos centrais ao redor do mundo. O capítulo também aborda a estratégia de metas para inflação, com enfoque particular para o caso brasileiro.

O capítulo 6 estabelece uma discussão sobre a política fiscal, apresentando suas principais funções e seu papel ao longo do tempo. Algumas definições básicas em termos de contas públicas também são apresentadas no capítulo. Por fim, o capítulo também estabelece uma discussão sobre a evolução da política fiscal brasileira.

O capítulo 7 discute acerca da política cambial. Nesse capítulo são apresentadas algumas das principais definições da taxa de câmbio, dos regimes

VIII INTRODUÇÃO

cambiais das contas externas e do mercado de câmbio. O capítulo também estabelece uma discussão sobre a política cambial brasileira.

O capítulo 8 representa uma mudança de eixo em relação aos capítulos anteriores, ao mudar o foco do curto e médio prazos para o longo prazo. Esse capítulo realiza uma breve discussão sobre a teoria econômica que explica os determinantes do crescimento econômico de longo prazo e quais as políticas que podem estimulá-lo. O capítulo também faz uma reflexão sobre o crescimento econômico brasileiro na segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI.

Por fim, o capítulo 9 representa uma rápida reflexão sobre a evolução da teoria macroeconômica relacionada aos ciclos econômicos. Essa análise se inicia no século XIX e se estende aos dias atuais.

A QUEM SE DESTINA

A obra é indicada para cadeiras de Economia de cursos de pós-graduação lato sensu (MBA) de diferentes habilitações (Gestão Empresarial, Negócios, Finanças etc.).

O livro também pode ser utilizado como leitura complementar em disciplinas de Economia em cursos de graduação em Ciências Econômicas, Administração e Contabilidade.

Por ser um livro de fácil leitura, a obra também é indicada a todos profissionais interessados em entender mais sobre Economia e política econômica de uma forma prática.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Antes de se iniciar os desenvolvimentos em torno dos principais elementos e aspectos associados ao funcionamento das economias, é importante entendermos alguns fundamentos conceituais, que permitirão uma visão mais ampla e acessível acerca do tema.

Uma questão fundamental que surge no contexto das definições essenciais remonta à conceituação e ao escopo da ciência econômica. De fato, pode se observar que o termo Economia (e suas variações) é utilizado corriqueiramente pelos indivíduos em diferentes situações sem que os mesmos, na maior parte das vezes, tenham consciência do seu significado mais preciso.

Com certeza em algum momento da sua vida você ouviu alguém dizer: “temos que economizar”. Em geral, essa expressão é acompanhada por um conjunto de recomendações que visa orientar para que os gastos não sejam realizados com a compra de produtos ou serviços desnecessários (em outras palavras, desperdiçados). Mas o que essa expressão quer dizer de fato? Por que ela é utilizada frequentemente e em quais circunstâncias?

Na verdade, o uso da expressão “temos que economizar” tem uma relação direta com o conceito básico associado à ciência econômica moderna. Nesse sentido, o emprego da palavra “economizar” está associado ao fato de que os recursos são finitos e/ou escassos e, no conjunto de possibilidades associadas ao seu uso, sua alocação deve visar atender da melhor forma possível as necessidades e os desejos no contexto da aquisição dos bens e serviços. Em outras palavras, quando alguém está dizendo que tem que economizar, na ver-

dade, de forma subjacente, está dizendo que seus recursos são escassos e vai procurar gastar orientando-se apenas de forma a atender suas prioridades em termos de necessidades (e, eventualmente, desejos).

Essa discussão permite conceituar de forma simplificada o que é Economia. Nesse sentido, modernamente, podemos dizer que:

ECONOMIA

É uma ciência social que estuda como os agentes alocam seus recursos escassos e finitos da melhor/mais eficiente forma possível em distintas situações.

A realidade cotidiana ilustra esse conceito de variadas formas. Tome-se como exemplo um trabalhador assalariado remunerado mensalmente. O salário para esse trabalhador é um recurso finito (e escasso), o que se traduz em um orçamento financeiro que lhe impõe limitações de consumo. Esse trabalhador, com base nesse fato, decidirá como gastar esse salário de forma a atender da melhor maneira possível suas necessidades e seus desejos. Em outras palavras, ele decidirá como alocar seu recurso escasso (o salário) da melhor forma de tal sorte a obter o que é necessário e/ou desejado. O processo empregado pelo trabalhador nessa alocação, nesse sentido, segue o princípio econômico descrito.

Outro exemplo da aplicação do conceito de Economia pode ser dado a partir da forma como uma empresa atua. Nesse sentido, as empresas no contexto das economias capitalistas atuam visando obter o maior lucro possível no âmbito das suas operações. Ao mesmo tempo, as empresas têm recursos que, assim como no caso do trabalhador, são finitos: elas dispõem de estoques limitados de capital (físico e financeiro) e de mão de obra. Isso significa que as empresas, a partir do seu objetivo de obter o maior lucro possível, irão alocar os recursos da melhor/mais eficiente forma possível. Nesse processo, elas procurarão ser as mais eficientes, inovadoras e produtivas no âmbito das suas possibilidades. Em outras palavras, assim como no caso do trabalhador, a empresa capitalista moderna também atua com base no princípio econômico descrito.

Um exemplo adicional da realidade pode ser dado a partir do papel econômico do governo. Assim como os demais agentes econômicos, os governos também têm recursos limitados ao seu dispor, determinados pela sua capacidade de arrecadar impostos e de se endividar. A lógica de alocação desses recursos por parte do governo orienta que eles sejam empregados de tal sorte a atender a sociedade da melhor forma possível. Isso pode se dar através da oferta de educação pública, da criação de programas de redistribuição de renda, do estabelecimento de um sistema público de saúde ou de outras formas que atendam da melhor maneira possível aquilo que a sociedade necessita.

Dessa forma, a ação econômica do governo também segue o princípio descrito (não colocamos em questão aqui se determinados governos cumprem de forma adequada esse papel ou não).

O conceito de Economia usualmente é associado a relações financeiras ou características produtivas. Na verdade, o conceito de Economia transcende esses aspectos, sendo aplicável a outras dimensões da realidade. Um exemplo dessa aplicabilidade é dado pelo uso que cada indivíduo faz do seu tempo. Nesse sentido, o tempo que cada um de nós dispõe no nosso dia a dia é recurso finito e escasso. Cada indivíduo procurará alocar da melhor forma possível seu tempo disponível para atender da melhor forma possível suas necessidades (trabalhar, cuidar da casa, alimentar-se etc.) e seus desejos (descansar, passear, assistir a um jogo de futebol etc.). Esse processo de alocação do tempo que cada indivíduo faz também segue, dessa forma, o princípio da Economia.

A partir desse princípio, é possível entender como as sociedades modernas se organizam e estruturam seus processos de produção de bens e serviços. A oferta e a demanda de bens e serviços em uma economia são definidas a partir dessa lógica.

O QUE PRODUZIR? COMO PRODUZIR? QUANTO PRODUZIR?

A forma com que a sociedade moderna se organiza do ponto de vista da sua produção pode ser compreendida a partir do conceito básico de Economia já apresentado aqui.

Dessa forma, partindo-se do princípio de que os agentes operam com base na lógica econômica, é preciso determinar como os mesmos se organizam de forma a definir o que vai ser produzido em uma economia, bem como sua quantidade e de que maneira essa produção vai se dar. A resposta a essas questões é dada pela principal instituição das economias capitalistas modernas, conhecida como mercado.

As economias são compostas por um grande número de mercados, em que são negociados bens e serviços. Cada mercado se organiza tendo de um lado a oferta de um bem ou serviço e do outro, a demanda por esse produto ou serviço. Da interação entre esses dois lados do mercado resulta o preço de venda e a quantidade vendida de cada produto (ou serviço). A relação dinâmica estabelecida em cada mercado determina os níveis de produção e de preços praticados de cada bem ou serviço em uma economia.

A compreensão desse fenômeno torna-se mais fácil se analisarmos isoladamente como um mercado específico funciona e, a partir daí, transpormos essa dinâmica para os demais mercados de uma economia.

Nesse sentido, imagine-se que um mercado está organizado do lado da oferta pelos produtores de um determinado bem. Suponha que exista um grande número de produtores nesse mercado, sendo que nenhum deles tem a capacidade de afetar individualmente o preço praticado no mercado. Esses produtores estão atuando de tal forma a obter o maior lucro possível a partir dos recursos (finitos) que eles possuem. Dessa forma, os produtores procurarão a maior eficiência possível na produção do bem, assim como visarão ter o menor custo possível nesse processo. No mesmo sentido, visando o maior lucro possível, eles se orientarão também para serem inovadores, tanto em termos de desenvolvimento de novos produtos como em termos de inovar no processo de produção. Assim, os produtores, na sua forma de atuar no mercado, estarão agindo no contexto da lógica econômica descrita, de alocar seus recursos finitos da melhor/mais eficiente possível.

Na outra ponta do mercado, encontram-se os consumidores que compõem a demanda desse mercado específico. Esses consumidores possuem recursos limitados, determinados pela sua renda e pela sua riqueza, e estão decidindo a todo momento o que irão consumir e o que deixarão de comprar, visando atender da melhor forma possível suas necessidades e seus desejos. Dessa forma, os consumidores também estão agindo de acordo com o princípio econômico discutido anteriormente.

A dinâmica desse mercado é determinada a partir da relação estabelecida entre o nível da oferta e da demanda, definindo o preço e a quantidade produzida e vendida desse bem.

Imagine-se agora que os consumidores decidam diminuir o consumo desse determinado produto em questão. O que acontecerá no mercado a partir disso? A partir da decisão dos consumidores, os estoques do produto aumentarão nas lojas, o que sinalizará para uma diminuição da produção e para a redução do preço do bem no mercado. Em outras palavras, a partir da retração na demanda, o preço do produto cairá e sua produção diminuirá.

Se essa dinâmica de retração persistir e se intensificar, com os consumidores sistematicamente reduzindo seu consumo do bem, chegará um ponto em que o preço praticado no mercado não será mais atrativo para que os produtores sigam produzindo o bem e ele deixará de ser produzido.

Isso é ruim? Do ponto de vista do produtor, provavelmente sim. Mas do ponto de vista da economia como um todo não: se o bem deixou de ser produzido, é porque os consumidores não desejavam mais consumir desse bem e direciona-

ram sua demanda para outros produtos. Eventualmente, os produtores no mercado que o bem deixou de ser produzido não foram inovadores, eficientes ou operavam com custos mais elevados.

Note-se que em uma economia de mercado, em que a concorrência prevalece, são os consumidores que determinam o que vai ser produzido, bem como a quantidade do mesmo a ser absorvida pelo mercado. A busca pela eficiência e por menores custos por parte das empresas condiciona a forma com que os bens vão ser produzidos. Em outras palavras, em uma economia de mercado, os grandes beneficiários são os consumidores. Se os mesmos não desejarem consumir um produto ou serviço específico, ele não será produzido nessa economia.

Inúmeras situações ilustram essa realidade das economias de mercado. Por exemplo, até os anos 1980 a venda de LPs (*Long Play*) e fitas cassete representava a principal forma de comercialização da indústria da música. As pessoas adquiriam esses produtos para ouvirem canções em seus toca-discos e aparelhos de fita cassete. No final daquela década e início dos anos 1990, começou a ser difundido o CD (*Compact Disc*) como mídia para a comercialização da indústria musical. As inúmeras vantagens atribuídas ao CD em termos de reprodução por parte dos consumidores relativamente aos LPs e ao cassete fizeram com que a demanda se deslocasse em favor da nova mídia. Como resultado, a demanda de LPs e cassete diminuiu rapidamente nos primeiros anos da década de 1990, levando ao virtual desaparecimento dos mesmos no mercado.

De maneira similar, o aparecimento do formato MP3 e a difusão dos aparelhos de reprodução desse formato desde o início da década 2000 fizeram com que os consumidores rapidamente retraíssem sua demanda por CDs naquela década. O mercado fonográfico, em função disso, se moldou à comercialização de músicas sem a venda da mídia física naquele período. As pessoas adquiriam a música pela internet e “baixavam-na” em seus aparelhos. Uma nova revolução nesse mercado começou mais recentemente, com a oferta de serviço de assinatura mensal por provedores que oferecem um acervo enorme e variado de músicas, que o consumidor pode “baixar” de acordo com suas preferências. Isso levou à queda da demanda pela aquisição de músicas nos moldes verificados na década de 2000. Mais uma vez, a existência do mercado e a preferência dos consumidores, que molda a demanda do produto, levaram a uma nova estrutura na oferta de músicas.

Um exemplo que também ilustra a dinâmica de mercado pode ser dado pela indústria de aparelhos celulares. No início da década de 2000, a Motorola e a Nokia detinham boa parte desse mercado, com uma expressiva demanda por seus aparelhos. Em meados daquela década, a Apple criou um aparelho que

convergia vários produtos em um único dispositivo (telefone, acesso à internet, tocador de MP3, fotografias etc.) e criou o iPhone, difundido como um smartphone. Como resultado disso, as vendas de aparelhos da Apple cresceram enormemente. Ao mesmo tempo, a Samsung também difundia seu aparelho tendo uma base de sistema operacional distinta, o Android. Ambas as empresas passaram a contar com uma expressiva fatia do mercado de smartphones, ao passo que a Motorola e a Nokia perderam espaço nesse segmento.

A dinâmica de mercado condiciona, inclusive, o momento em que determinados produtos (ou serviços) serão oferecidos. Nos meses de outono até a entrada do inverno, a demanda por roupas de frio tende a ser mais alta, o que implica que os preços desse tipo de vestuário tendem a ser mais elevados. A partir da metade do inverno em diante, a tendência da demanda é começar a se focar em produtos já direcionados para a primavera/verão e a demanda por roupas de frio começa a declinar. Em função disso, os preços desse tipo de vestuário caem e, em boa parte das vezes, entram em liquidação. Os produtores e o varejo de vestuário conhecem esse ciclo e, ainda no inverno, lançam a coleção primavera/verão, colocando os produtos a preços mais altos. Da mesma forma que no caso das roupas de frio, a tendência é que, à medida em que o verão avança e se aproxima o inverno, a demanda faça uma nova inversão, aumentando a procura por roupas de frio. Em síntese, os ciclos da demanda, que oscilam em função do clima, condicionam a produção e a venda da indústria de vestuário e a dinâmica desse mercado.

Dessa forma, a dinâmica de mercado responde às questões formuladas anteriormente, relativas ao que vai ser produzido em uma economia, a forma com que esse processo produtivo irá ocorrer, a quantidade que será produzida de cada bem ou serviço e o momento em que isso ocorrerá. O bom funcionamento dos mercados garante, do ponto de vista econômico, que o máximo bem-estar seja gerado no sistema econômico. Note-se que, em uma economia de mercado, se os consumidores não desejarem consumir um determinado bem ou serviço, ele deixará de ser ofertado.

É claro que, para que essa mecânica funcione da forma descrita, é preciso que os mercados funcionem adequadamente. Em outras palavras, é importante a existência de vários competidores no mercado, poucas ou nenhuma barreira à entrada e inexistência de assimetrias de informação. Quanto mais distante desses princípios, menos competitivo o mercado e menos efetivo o seu funcionamento de forma a proporcionar o maior bem-estar da sociedade. Cumpre à ação do governo evitar boa parte desses problemas, evitando, por exemplo, a concentração da oferta (e da demanda) em poucos agentes.

De qualquer forma, nas economias modernas, a dinâmica de funcionamento dos mercados descrita condiciona os bens e serviços produzidos e vendidos.

O bom funcionamento dos mercados garante que o máximo bem-estar seja atingido pela sociedade.

DA ANÁLISE DOS MERCADOS PARA A ANÁLISE DA ECONOMIA COMO UM TODO

Conforme apontado, o foco central da ciência econômica é estudar como os agentes, dados seus recursos escassos e finitos, alotam e gastam da melhor/mais eficiente forma possível.

Do ponto de vista da ciência, a partir desse recorte, é possível analisar o comportamento dos agentes em diferentes níveis. Esses níveis vão desde as estruturas mais básicas, como consumidor e produtor, até as estruturas que incorporam conceitos de agregados econômicos, como a produção de um país.

Por conta disso, a ciência, do ponto de vista teórico e aplicado, encontra-se dividida em dois grandes blocos: Microeconomia e Macroeconomia.

MICROECONOMIA

O foco da Microeconomia é a análise do comportamento dos indivíduos e das firmas no contexto das suas decisões econômicas. Isso significa que essa análise é realizada no âmbito de agentes que otimizam a alocação dos seus recursos escassos.

Tendo em foco essa lógica, a análise microeconômica realiza o estudo abordando os elementos determinantes do comportamento do consumidor dada a existência da restrição orçamentária a que estão sujeitos os indivíduos. Obviamente, essa análise considera o leque de opções e preferências dos consumidores, o que permite inferir como é o processo decisório dos consumidores em face às condições de mercado. Ao mesmo tempo, esse tipo de análise permite entender como os consumidores reagem a mudanças de variáveis como o preço do produto, os preços dos bens substitutos, preços dos bens complementares, sua renda etc. A análise microeconômica do consumidor forma a base para a teoria do consumidor, que, em última instância, vai conferir os elementos necessários para a compreensão acerca do processo de formação da demanda de mercado.

Ao mesmo tempo, a teoria microeconômica também se preocupa com os aspectos ligados ao comportamento das firmas e da produção. Nesse tipo de análise, a Microeconomia se estrutura em torno dos elementos econômicos que explicam o comportamento das firmas no contexto capitalista moderno. Logicamente, um dos pilares dessa análise reside no entendimento dos custos

das firmas e como eles se comportam em diferentes situações. A compreensão desses elementos permite inferir como as firmas decidem sua lógica de produção e determinação dos preços dos bens e serviços. Isso forma a base da estruturação do que é conhecido como a oferta de mercado de um determinado bem ou serviço específico.

A Microeconomia também aborda as estratégias das firmas e dos consumidores considerando as diferentes estruturas de mercado, que vão desde a competição perfeita até o monopólio. A compreensão dessa análise forma a base para o entendimento da estratégia competitiva das firmas em diferentes contextos de mercado. Ao mesmo tempo, a Microeconomia se ocupa com as situações em que ocorrem falhas de mercado, como assimetria de informação, externalidades etc.

As técnicas microeconômicas são extensíveis a diversas áreas e campos da economia, como economia agrícola, economia do trabalho e economia da informação. Adicionalmente, a teoria microeconômica e suas aplicações são cada vez mais utilizadas em outros ramos do conhecimento, como Direito, Finanças e Gestão de Empresas.

MACROECONOMIA

A Macroeconomia é o ramo da ciência econômica que analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos, como Produto Interno Bruto (PIB), nível de emprego, inflação e taxa de juros.

Diferentemente da Microeconomia, a Macroeconomia não se preocupa com o comportamento dos agentes econômicos na sua forma individualizada. Em outras palavras, não faz parte do escopo da Macroeconomia a análise do comportamento do consumidor, da firma ou mesmo do mercado.

O foco da Macroeconomia é explicar o nível da produção e da renda, bem como do emprego, em termos agregados e como ele evolui ao longo do tempo em uma economia. A compreensão desses elementos permite que o governo desenhe e estabeleça políticas que sejam orientadas para promover a melhoria do bem-estar econômico em um país.

A importância disso se traduz em múltiplos aspectos, uma vez que, se a economia de um país específico não registra crescimento, isso se traduz em estagnação da renda e do emprego, limitando as possibilidades de melhoria do bem-estar econômico da sua população.

Mais grave que isso, se um país enfrenta uma recessão, isso significa que sua produção e a renda nesse país estão em retração. A queda do nível de emprego acompanha esse processo, levando a um quadro de desolamento e de insatisfação social.

Isso significa que o bom desenho de políticas macroeconômicas da parte do governo é fundamental para a geração da prosperidade e bem-estar econômico em um país. A implementação de políticas inadequadas pode levar a desastres econômicos que podem durar anos ou décadas, dependendo da extensão do dano provocado na economia.

Nesse sentido, a compreensão da Macroeconomia e das suas implicações tem importância fundamental em várias dimensões. O conhecimento dos principais elementos macroeconômicos permite que a sociedade exija dos seus governantes que boas políticas sejam implementadas, visando o bem-estar econômico.

Ao mesmo tempo, o bom entendimento de Macroeconomia do ponto de vista empresarial permite que decisões sejam tomadas e ações implementadas de acordo com a perspectiva do cenário macroeconômico. Se a economia estiver entrando em recessão, com queda do produto e do emprego, é natural que as empresas assumam estratégias defensivas para lidar com esse cenário, evitando ampliar seu endividamento e realizando ajustes para enfrentar da melhor forma o que vier pela frente. Inversamente, se a produção e a renda estiverem crescendo nessa economia de forma robusta, é natural que as empresas ampliem suas contratações e implementem novos projetos de investimento, dada a perspectiva de crescimento nos negócios. Não é sem razão que grandes empresas e bancos invistam seus recursos na pesquisa macroeconômica, tentando antecipar movimentos que possam afetar diretamente seus negócios.

O bom entendimento de Macroeconomia também tem importância do ponto de vista pessoal, possibilitando que decisões sejam tomadas de forma adequada para navegar da melhor maneira possível no âmbito do cenário macroeconômico. Por exemplo, se a inflação estiver subindo, é natural que o Banco Central eleve a taxa de juros como forma de lidar com esse problema. Isso significa que aplicações financeiras que rendem juros se tornarão mais atrativas, o que significa que a alocação dos investimentos nesse tipo de aplicação se torna mais interessante. Da mesma forma, se a economia estiver entrando em recessão, não é um bom momento para fazer novas dívidas, particularmente as de valor mais elevado. Em outras palavras, um ambiente recessivo indica que os consumidores devem ser conservadores em termos de gastos, evitando aumentar seu endividamento.

As aplicações da Macroeconomia são inúmeras e representam um dos ramos de maior importância da pesquisa econômica produzida atualmente. No centro dessa discussão, encontra-se o debate sobre como aumentar a prosperidade econômica dos países, tornando a produção sustentável ambientalmente e diminuindo a desigualdade de renda em múltiplos níveis.

CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO E CICLOS ECONÔMICOS

Todos os dias tomamos um conjunto de decisões econômicas que nos afetam e que também atingem direta ou indiretamente outras pessoas. O impacto disso pode ser imediato, mas também pode ser mais duradouro. Ou ainda, pode não nos afetar em um primeiro momento, mas pode apresentar consequências mais adiante.

Da mesma forma, somos constantemente afetados por decisões econômicas tomadas por outros indivíduos, provocando, muitas vezes, mudanças em nossas vidas.

O governo também toma decisões no plano econômico que nos afetam em diversas dimensões, influenciando nossas vidas e decisões que tomamos no plano profissional e pessoal. Outros governos também tomam decisões econômicas que afetam as políticas do nosso governo na área econômica. Essas decisões também nos afetam economicamente em alguma dimensão.

Isso significa que a economia nos rodeia e nos afeta diariamente, mesmo que não tenhamos conhecimento pleno desses impactos e não saibamos como reagir adequadamente a isso.

Por conta disso, compreender Economia é fundamental para o cidadão moderno. Entender Economia é como ser alfabetizado sobre a realidade que nos cerca: uma vez que o indivíduo aprende sobre ela, ele passa a enxergar o mundo com outros olhos, passando a compreender as engrenagens que movem o mundo no âmbito das forças econômicas.

Considerando esses elementos, a Macroeconomia tem representado uma área de grande interesse ao longo das últimas décadas. Isso decorre do fato de que as variáveis macroeconômicas afetam diariamente o dia a dia das empresas e dos negócios. Dentre alguns dos fatores relevantes nesse escopo, recaem a taxa de juros, a taxa de câmbio, a inflação, o desemprego etc. Obviamente, quando a temática da Macroeconomia é mencionada, a associação direta que se faz reside acerca do comportamento dos agregados econômicos.

Um agregado que merece destaque nessa discussão reside no nível de produto (e da renda) agregada de um país. Embora esse termo seja definido de forma mais precisa no capítulo 2, o nível de produto de um país representa toda produção de bens e serviços finais gerada ao longo de um período. Essa medida equivale à renda agregada (total) gerada nessa economia nesse espaço de tempo.

Quando uma economia registra crescimento do produto e da renda agregada, o bem-estar econômico aumenta. Isso decorre do fato de que, tudo mais constante, o nível de renda média dos habitantes residentes nessa economia está aumentando. Ao mesmo tempo, economias que registram expressivas taxas de crescimento econômico tendem a gerar mais postos de trabalho, absorvendo a mão de obra e diminuindo o desemprego.

Em contrapartida, economias que registram estagnação econômica, sem apresentar crescimento do produto e da renda agregada, não promovem melhoria do bem-estar econômico da sua população. Em uma situação como essa, para um cidadão melhorar de renda, outro tem que piorar, o que remonta a um jogo de soma zero (para alguém ganhar, alguém tem que perder). Se um país entra em recessão econômica, a situação é ainda mais grave, uma vez que isso implica em queda do produto e da renda agregada, significando uma piora do bem-estar econômico. Via de regra, nos países em que se registra estagnação ou recessão, o desemprego tende a aumentar.

Os pontos apresentados reforçam a importância relativa acerca do comportamento de uma economia ao longo do tempo em termos da dinâmica da produção e da renda.

Um ponto importante a ser considerado na discussão acerca do crescimento econômico diz respeito à segmentação do comportamento do crescimento de uma economia no longo prazo e dos ciclos econômicos que essa economia experimenta ao longo do tempo.

Nesse sentido, é possível observar que as economias apresentam distintas trajetórias de crescimento quando observadas sob o espectro de décadas. Alguns países experimentaram expressivas taxas de crescimento do produto e da renda ao longo do tempo, tornando-se nações ricas e desenvolvidas. Outras, por sua vez, registraram longos períodos de estagnação econômica e/ou de baixo crescimento, apresentando, atualmente, níveis de produto e de renda significativamente mais baixos.

O Brasil, por exemplo, não apresentou taxas de crescimento econômico tão expressivas nas primeiras décadas do século XX. Durante o ciclo de industrialização brasileira, iniciado na década de 1930 e que se estendeu até o fim dos anos 1970, a economia cresceu em ritmo acelerado e o país atingiu o status de renda média ao cabo desse período. Desde então, a economia brasileira, assolada pela hiperinflação dos anos 1980 e do início da década seguinte e pelos baixos níveis de investimento, registrou níveis de crescimento econômico significativamente mais baixos. As taxas de crescimento observadas nas primeiras décadas do século XXI mal permitiram que o Brasil continuasse se situando no patamar de renda média.

Outro caso emblemático reside na experiência econômica recente da China. Esse país experimentou um patamar de renda baixa por várias décadas ao longo do século XX, particularmente nas que se seguiram à introdução do socialismo. Nas últimas décadas, a China se converteu gradativamente em uma economia de mercado, iniciando um acelerado processo de industrialização com maciços investimentos em diversas áreas. Com resultado, o país deixou de ter o status de nação pobre e já atingiu o patamar de renda média.

Inúmeras outras experiências poderiam ser listadas aqui, revelando casos de sucesso econômico ou situações de estagnação histórica.

Do ponto de vista macroeconômico, o elemento central nessa discussão reside na construção dos fatores determinantes do crescimento econômico de longo prazo. Em outras palavras, a ciência econômica, nesse espectro, procura decifrar quais são as variáveis macroeconômicas chave que levam algumas nações a crescerem mais do que outras.

Por sua vez, é possível notar que o nível de produto (e da renda) das economias, quando observadas em um espaço de tempo relativamente mais curto (dois a cinco anos, por exemplo), apresentam um comportamento cíclico, de expansão e de desaceleração. Nesse sentido, é possível perceber que as economias, quando observadas nesse horizonte temporal, apresentam períodos de crescimento econômico, seguidos por momentos de desaceleração ou de recessão econômica. Similarmente, esses períodos de arrefecimento da atividade econômica são seguidos por uma nova aceleração do crescimento.

Essa dinâmica pode ser classificada como ciclos econômicos, através dos quais as economias possuem períodos de expansão seguidos por momentos de diminuição no ritmo da atividade econômica.

No caso brasileiro, os primeiros anos da década de 2000 foram marcados por ciclos econômicos relativamente curtos e bem delimitados. A partir de 2005/06, esse padrão apresenta alterações, associadas a mudanças no cenário internacional: boom de preços de commodities e banco central americano colocando a taxa de juros em zero após a quebra do banco Lehman Brothers, em 2008. Essas mudanças condicionaram ingressos maciços de moeda estrangeira no Brasil, o que provocou uma apreciação da moeda brasileira e contribuiu para controlar a inflação no período. Com isso, as condições de crédito melhoraram no país, permitindo um ciclo mais longo de expansão econômica. O encerramento definitivo desse ciclo se deu em 2015, com a mudança das condições externas associadas ao esgotamento do ciclo de crédito. A partir de então, o Brasil passou a enfrentar uma crise, marcada por uma prolongada recessão e uma lenta retomada do crescimento.

Via de regra, a ciência macroeconômica moderna segmenta o escopo analítico relacionado ao comportamento de uma economia no tempo em dois grandes blocos. Um desses blocos é relacionado ao estudo dos ciclos econômicos. Nesse campo, são estudados os elementos que condicionam o comportamento das economias nos curto e médio prazos. Essa análise permite identificar como a economia é afetada por variáveis macroeconômicas e estabelecer um padrão de ação de política econômica orientada para levá-la ao pleno emprego, mantendo a inflação sob controle.

Na análise dos ciclos econômicos, as hipóteses subjacentes supõem que tanto o estoque de capital quanto a tecnologia sejam dados (ou seja, não se alteram ao longo do ciclo). As implicações diretas dessa hipótese indicam que a produtividade é constante ao longo do ciclo econômico e que os ajustes ocorridos a partir de mudanças no ritmo do crescimento se dão sobre o nível de emprego.

Essas são hipóteses razoáveis considerando-se o horizonte temporal dos ciclos econômicos. Do ponto de vista agregado, é razoável supor que a tecnologia (e a produtividade) não mudem significativamente a ponto de afetar o conjunto da economia em um espaço curto de tempo. Ao mesmo tempo, é natural imaginar que o ajuste do lado das empresas ocorra de forma mais rápida pelo lado da mão de obra do que por variações no estoque de capital (os custos de demissão ou de admissão de trabalhadores são menores do que fechar ou abrir uma fábrica).

No estudo dos condicionantes do crescimento de longo prazo, que representa o segundo bloco analítico da teoria macroeconômica, essas hipóteses são relaxadas. Nesse escopo de análise, o comportamento cíclico das economias perde sua relevância e o foco recai no estudo dos fatores que determinam o ritmo de crescimento de longo prazo das economias. Isso permite supor que mudanças tecnológicas ocorram nesse horizonte temporal, afetando a produtividade e o ritmo de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, no longo prazo, o estoque de capital apresenta variações, ocorridas a partir do nível de investimentos na economia.

A moderna ciência macroeconômica incorpora outros elementos que procuram explicar as razões que levaram alguns países a crescer em ritmo mais acelerado que outros ao longo do tempo. Nessa discussão entram fatores como a formação do capital humano (claramente ligado à educação), questões institucionais etc.

Esse campo da ciência visa não apenas vislumbrar os elementos determinantes do crescimento econômico de longo prazo, mas também procura lançar luz sobre o direcionamento das políticas de governo essenciais para promover um aumento do produto e da renda de um país de forma mais acelerada.

Embora o planejamento das empresas e dos negócios vise estabelecer projetos e produtos com foco no longo prazo, boa parte das decisões empresariais reage a mudanças que ocorrem no ambiente econômico no curto e no médio prazos.

Isso se deve ao fato de que as empresas diariamente tomam decisões relacionadas à produção, vendas (internas e externas), contratações, necessidades de capital etc. Obviamente, as escolhas em torno das opções nessas situações são tomadas considerando não apenas as empresas ou negócio em si, mas envolvem outros aspectos econômicos.

Do ponto de vista macroeconômico, variáveis relacionadas ao ciclo econômico (de expansão ou retração), como desemprego, taxa de juros, taxa de câmbio e inflação, afetam diretamente essas decisões.

Por conta disso, sem desmerecer a importância relacionada ao estudo do crescimento de longo prazo, a maior parte desta obra foi dedicada ao estudo da macroeconomia de ciclos. Essa opção decorre do fato de que as respostas de política econômica do governo relacionadas ao ciclo econômico afetam de maneira mais rápida e direta o dia a dia dos negócios empresariais.

Os capítulos 2 e 3 fazem referência a importantes conceitos relacionados ao nível de produto (renda) agregado de uma economia, à inflação e ao emprego. A boa estruturação dessas definições é importante no contexto dos desenvolvimentos subsequentes.

O capítulo 4 faz referência à dinâmica macroeconômica de ciclos. Sob esse aspecto, são explicados os principais elementos associados ao comportamento dos ciclos econômicos e quais são as ações de política econômica orientadas para sua estabilização.

Os capítulos 5 a 7 detalham as estratégias de política econômica que o governo pode implementar com foco a estabilizar o ciclo econômico, levando a economia para o pleno emprego e mantendo a inflação sob controle.

O capítulo 8 é dedicado a questões relacionadas ao crescimento econômico de longo prazo. Esse capítulo abordará os principais elementos condicionantes do crescimento do produto e da renda agregada de uma economia no longo prazo. A partir disso, também são discutidas algumas políticas de governo possíveis que possam orientar a economia para um ritmo de crescimento mais elevado.

O capítulo 9, por fim, faz uma breve reflexão sobre a evolução da teoria macroeconômica ao longo do tempo, traçando suas principais questões até os dias de hoje.

SÍNTESE

- A Economia pode ser definida como uma ciência social que estuda como os agentes econômicos alocam recursos escassos e/ou finitos da melhor e/ou mais eficiente forma possível.
- Tendo por base esse princípio, a dinâmica dos mercados responde a questões relacionadas acerca do que deve ser produzido em uma economia, em qual quantidade e de que forma.
- O comportamento mais individualizado dos agentes econômicos, como indivíduos e firmas, e sua relação com os mercados é foco do ramo da Economia conhecido como Microeconomia.
- A análise dos agregados econômicos, como Produto Interno Bruto (PIB) e renda, emprego, inflação, taxa de juros etc. e sua evolução ao longo do tempo é o foco do ramo da ciência econômica conhecida como Macroeconomia.
- A Macroeconomia, por sua vez, pode ser segmentada em duas grandes áreas: o estudo dos ciclos econômicos e aquele voltado para analisar os condicionantes do crescimento de longo prazo das economias.
- Os ciclos econômicos ocorrem em função das flutuações do produto (e da renda) de uma economia em geral no horizonte temporal de alguns anos. O papel desse foco de análise é estudar os condicionantes dessas flutuações e as políticas de governo que podem atenuar os efeitos sobre o produto e a renda oriundos desse processo.
- O crescimento de longo prazo de uma economia é determinado por fatores relacionados à acumulação de capital, estoque de capital humano, aumento da produtividade etc. O foco de estudo desse ramo da Macroeconomia é analisar quais são os determinantes do crescimento econômico de longo prazo e quais políticas podem ser adotadas para estimular esse crescimento.

TERMOS-CHAVE

- Conceito de Economia
- Dinâmica dos mercados
- Microeconomia

- Macroeconomia
- Ciclos econômicos
- Crescimento de longo prazo

Questões de Revisão

1. Apresente a “definição” ou “conceituação” da ciência econômica. Ilustre essa definição com um exemplo do seu dia a dia.
2. É normal que, uma vez que o domingo de Páscoa tenha passado, os ovos de chocolate que restaram nos supermercados sejam vendidos com desconto significativo. Explique esse fenômeno através da dinâmica de mercado apresentada no texto.
3. Suponha que ocorra a quebra da safra em algum produto agrícola específico, o que leva a uma diminuição da oferta desse produto em relação ao que estava inicialmente previsto. Como a dinâmica de mercado deveria afetar o preço desse produto no mercado? Explique.
4. A economia brasileira apresenta flutuações cíclicas em termos de produção (PIB) e renda (assim como outras economias). Você diria que o momento atual é de expansão econômica ou de recessão econômica no país? Apresente alguns elementos (indicadores) que suportem sua resposta.
5. O crescimento de longo prazo das economias é determinado por fatores relacionados ao aumento da produtividade, investimentos produtivos (que levam ao aumento do estoque de capital físico), investimentos em educação etc. Nesse contexto, você diria que o crescimento de longo prazo da economia brasileira acelerou ou desacelerou nas últimas décadas? Quais as razões econômicas que teriam levado a isso (dentre as apontadas no capítulo)?